

BOLETIM 1384

Brasília (DF), 6 de setembro de 2024

Marinho destaca papel do investimento público para a reindustrialização

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) realizaram Seminário Internacional “Desenvolvimento e Mundo do Trabalho - Desafios para as Políticas Públicas e para as Negociações Coletivas” *(foto)*.

O evento, que ocorreu no Rio de Janeiro, contou com parceria das centrais sindicais — CUT, UGT, FS, CTB, NSCT, CSB —, e da FES (Fundação Friedrich Ebert). Foi um marco na discussão sobre as transformações e desafios enfrentados pelo mercado de trabalho no Brasil.

Com a presença de representantes do governo federal, lideranças sindicais e especialistas brasileiros e internacionais, o evento já é considerado referencial na discussão sobre as transformações e desafios enfrentados pelo mercado de trabalho no Brasil, bem como na construção de políticas públicas e ação sindical para lidar com os novos cenários.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, durante a participação dele na abertura do evento, destacou a importância dos investimentos públicos para a reindustrialização e para a melhoria das condições de trabalho e dos salários no País.

Marinho também falou sobre a necessidade de fortalecer a negociação coletiva e a representatividade sindical, e citou, por exemplo, o debate no Congresso Nacional sobre a reorganização das finanças sindicais; além da promoção de políticas públicas adaptadas à contemporaneidade.



Avanço tecnológico - A subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner, abordou as complexas mudanças no mercado de trabalho, segundo ela, impulsionadas pelos avanços tecnológicos.

Para ela, é crucial o papel das instituições educacionais e tecnológicas na criação de estratégias que integrem tecnologia e solução de problemas laborais, mencionando a recente pesquisa do MTE sobre estresse no ambiente de trabalho e a relação disso, com a rotatividade dos funcionários.

Jeanine Berg, economista da OIT (Organização Internacional do Trabalho), discutiu a influência da IA (inteligência artificial) e da digitalização no mercado de trabalho.

Ela desmistificou o conceito do que ela chamou de “apocalipse de empregos” e defendeu que a IA, embora possa substituir algumas funções, também cria oportunidades e pode impulsionar a produtividade e a criação de empregos em todo o mundo.

Futuro do trabalho - Representando o Fórum das Centrais Sindicais, o coordenador Clemente Ganz, apontou as mudanças tecnológicas, climáticas e da inovação como 3 grandes frentes que moldam o futuro do trabalho no Brasil. Assim, ele defendeu a necessidade de adaptação rápida das organizações



sindicais e a importância da transição para economia sustentável, que também gere empregos e renda.

Clemente Ganz ainda alertou sobre a desigualdade produtiva e a necessidade de ação sindical inovadora para enfrentar os desafios impostos pela emergência climática e pelas novas tecnologias.

Sobre a agenda de trabalho das centrais sindicais, Clemente destacou 3 publicações que orientam a atuação unitária das entidades, no Congresso Nacional, produzidas em conjunto com o DIAP. São essas: Pauta da Classe Trabalhadora - Prioridades 2024, Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional e Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no STF - 2024.

Transição - O seminário também contou com a participação do presidente do BNDES, Aloísio Mercadante, oportunidade em que enfatizou o papel dos bancos públicos na transição energética e na descarbonização da economia. Para Mercadante, o Brasil deve desenvolver supercomputadores e capacitar-se na criação de modelos de linguagem para IA.

Já Christoph Heuser, da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, disse que as mudanças no mundo do trabalho em relação à democracia e à proteção dos trabalhadores necessitam de transição justa e sustentável, chamando atenção para a responsabilidade dos países desenvolvidos, principalmente os europeus.

O debate completo está disponível no YouTube, no canal BNDES, pelo link:

<https://www.youtube.com/live/0-0XxJ-Gf7M?si=VdJnRQZQUHIT6vvD>

Fonte: Diap

Desemprego cai para 6,8% no trimestre encerrado em julho

A taxa de desocupação, também conhecida como taxa de desemprego, ficou em 6,8% no trimestre encerrado em julho deste ano, abaixo dos 7,9% do mesmo período em 2023.

O indicador também foi inferior ao observado no trimestre encerrado em abril deste ano (7,5%). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o IBGE, essa é a menor taxa para um trimestre encerrado em julho desde o início da série histórica da pesquisa, em 2012.

Emprego - A população desocupada, isto é, aquela que está buscando emprego, mas não consegue, ficou em 7,4 milhões de pessoas, o menor patamar para o período na série histórica. A desocupação caiu 9,5% em relação ao trimestre encerrado em abril (menos 783 mil desempregados) e 12,8% na comparação com julho de 2023 (menos 1,1 milhão de pessoas).

Já a população ocupada atingiu 102 milhões de pessoas, o maior contingente para o período desde 2012, apresentando altas de 1,2% no trimestre (mais 1,2 milhão de trabalhadores) e 2,7% no ano (mais 2,7 milhões de pessoas).

O rendimento real de todos os trabalhos (R\$ 3.206) ficou estável no trimestre e cresceu 4,8% no ano, enquanto a massa de rendimento real habitual (R\$ 322,4 bilhões) cresceu 1,9% (mais R\$ 6 bilhões) no trimestre e 7,9% (mais R\$ 27,5 bilhões) no ano.

Fonte: Agência Brasil

Brasil tem queda de 40% na extrema pobreza e de 20% no desemprego

**Levantamento divulgado nesta semana
revela que, em 42 indicadores analisados,
44% apontam para uma melhora das
condições para a redução das
desigualdades no Brasil**

Após anos de retrocessos e de aumento da pobreza extrema, cujo símbolo mais pungente foram as imagens de pessoas remexendo carcaças e pegando ossos para se alimentar durante o governo Bolsonaro (PL), o Brasil vem retomando o caminho da erradicação da extrema pobreza. A população nessa situação caiu 40% e além disso, foi verificada uma redução de 20% no desemprego nos últimos anos.

A maior queda no índice de pobreza extrema, 45,2%, ocorreu numa das fatias mais vulneráveis, a das mulheres negras, que também avançou 13% na taxa de escolarização. Os dados constam no relatório 2024 do Observatório Brasileiro das Desigualdades, lançado nesta semana, que analisa 42 indicadores. Parte desses dados se concentra em 2023, enquanto outros dizem respeito a anos anteriores, ainda sob o governo de Jair Bolsonaro.

O ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, comemorou a redução na vulnerabilidade social. “O mais importante foi a queda da extrema pobreza em todas as regiões do país e entre as mulheres negras, que são a maioria na extrema pobreza, com redução de 45,2%. Isso mostra que estamos no caminho certo. Cada vez mais tirar as pessoas da fome, da extrema pobreza e da pobreza, fazer crescer e melhorar de vida”, declarou.



Além desses dados, o levantamento destaca a queda de 20% no desemprego e elevação de 8,3% de ganho real no rendimento médio da população. Esse ganho foi maior entre mulheres (9,6%) do que entre homens (7,7%).

O documento também aponta como aspectos positivos o crescimento de 12,3% na proporção de mulheres negras de 18 a 24 anos que cursam o ensino superior, que ficou em 19,2%. E salienta ainda que o índice de nascidos vivos de mães com até 19 anos de idade teve uma diminuição de 14%.

No que diz respeito ao meio ambiente, o relatório aponta para uma queda de 13,1% no desmatamento em áreas indígenas e unidades de conservação, tendo sido de 46% na região Norte.

De acordo com o estudo, “observando a evolução dos 42 indicadores analisados, é possível afirmar que a maior parte deles, 44%, apontam para uma direção positiva, de melhoria das condições para a redução das desigualdades. Outros 21%, porém, apresentam uma variação negativa que deve servir de alerta para que as políticas públicas sejam aprofundadas. Em 14% dos indicadores houve pequenas oscilações, de forma que eles podem ser considerados neutros”.

Algumas das piores constatadas abarcam o períodos mais amplos, desde 2019 até 2022. É o caso, por exemplo, do aumento na proporção de crianças indígenas sofrendo com desnutrição: 16,1% entre meninos, 11,1% entre meninas, nos anos de 2022 a



2023. Quanto à desigualdade social, enfatiza que os 1% mais ricos continuam com renda de 31 vezes maior que dos 50% mais pobres.

Já no período de 2021 a 2022, o relatório alerta para o crescimento de 22% no índice de mortes por causas evitáveis. Neste ponto, as desigualdades raciais ficam mais evidentes: o percentual de mortes evitáveis é 41% maior entre homens negros do que entre homens não negros e 43% maior entre mulheres negras do que entre mulheres não negras.

Pesquisa Nacional sobre Desigualdades - Durante o lançamento do relatório, na Câmara dos Deputados, ocorrido na Semana de Combate às Desigualdades, o Instituto Cidades Sustentáveis também apresentou a Pesquisa Nacional sobre Desigualdades. A sondagem realizou duas mil entrevistas em 129 municípios do país.

Um dos dados levantados é que três a cada dez brasileiros fazem os chamados “bicos”, ou atividades intermitentes, como faxina, manutenções ou serviços gerais, o que corresponde a 31% da população na faixa etária pesquisada. Tais práticas são mais comuns nos 37% das pessoas com renda familiar de até um salário mínimo (R\$ 1.412).

A pesquisa também mostrou que 45% dos brasileiros (quase 73 milhões de pessoas) afirmam ter sofrido ou ter visto alguém sofrer uma situação de preconceito racial ou em função de sua orientação sexual e identidade de gênero. E 38% das mulheres já sofreram assédio em pelo menos um dos lugares pesquisados (espaço público, transporte e trabalho).

Ao todo, 70% dos entrevistados acreditam que aumentar a representatividade e a diversidade de pessoas em cargos de poder contribui para a redução das desigualdades estruturais. E 80% concordam que as mudanças climáticas afetam a todos, independente de cor ou classe social.

Fonte: Portal Vermelho

Governo prevê mínimo de R\$ 1.509 em 25: aumento de 6,87%

A proposta orçamentária para 2025 (PLN 26/24) foi entregue pelo governo ao Congresso Nacional e prevê um salário mínimo de R\$ 1.509, um aumento de 6,87% em relação ao atual, de R\$ 1.412. O projeto prevê despesas de 2,93 trilhões com meta de déficit fiscal zero, mesma meta deste ano.

O valor do mínimo é uma projeção porque ainda depende da variação anual do INPC até novembro acrescido do crescimento do PIB em 2023, que foi de 2,91%.

O orçamento total previsto para o ano que vem é de R\$ 5,87 trilhões, dos quais R\$ 2,77 trilhões são despesas com a rolagem da dívida pública. O projeto prevê aumento real de receitas de 5,78%, mas limita o crescimento real das despesas em 2,50%. Para calcular o limite de despesas, conforme o novo arcabouço fiscal, foi considerada uma variação anualizada do IPCA de 4,23% até junho.

Grandes despesas:

- Ministério da Saúde: R\$ 241,6 bilhões
- Ministério da Educação: R\$ 200,5 bilhões
- Piso de investimento: R\$ 74,3 bilhões
- Novo PAC: R\$ 60,9 bilhões
- Despesas obrigatórias: R\$ 2,71 trilhões
- Benefícios da Previdência: R\$ 1,01 trilhão
- Pessoal e encargos: R\$ 416,2 bilhões
- Bolsa Família: R\$ 167,2 bilhões
- Transferências Repartição de Receita: R\$ 558,7 bi
- Despesas discricionárias: R\$ 229,9 bilhões
- Emendas parlamentares impositivas: R\$ 38,9 bi

Como cenário econômico para 2025, foi considerado um crescimento econômico de 2,64% e inflação de 3,3%. Para a taxa de juros básica, o governo considera uma queda do atual patamar de 10,50% ao ano para 9,61%. Para o dólar, a estimativa é R\$ 5,19 como média anual.

Candidaturas sindicais devem afinar pautas

Frentista, comerciário, metalúrgico, professor, Servidor, vigilante – muitos trabalhadores, das variadas categorias profissionais, concorrerão ao Legislativo e Executivo este ano.

Isso é bom. É bom, mas há problemas para as candidaturas do campo sindical. “Faltam recursos. E sobra pulverização partidária”, observa o consultor político e sindical Antônio Augusto de Queiroz.

Para Toninho do Diap, “até as eleições, em 6 de outubro, não tem muito o que ser feito pra reorientar candidaturas e pautas”, seja pelas Centrais ou o Sindicato do candidato.

Local – A disputa municipal é quase sempre dominada por demandas do próprio município. Para Toninho, “o candidato de origem sindical terá que operar nessa margem”.

No entanto, ele observa, a marca sindical e classista não será diluída, “se o candidato defender políticas públicas pró-melhoria na qualidade de vida, principalmente para os bairros periféricos, onde tradicionalmente vivem os mais pobres e trabalhadores”.

A pulverização partidária não ajuda. O analista explica: “Se a candidatura for por um partido de direita, os votos ao candidato, caso não se eleja, irão pra políticos que, na hora de decidir, seguirão a pauta conservadora e antissindical”.

Ele orienta que, para próximas eleições, Centrais e Confederações, por exemplo, planejem candidaturas “de preferência por partidos progressistas”. Assim, argumenta Toninho, “ainda que a pessoa não se eleja, seus votos ajudarão representantes mais alinhados às demandas dos trabalhadores”.



Para Antônio Augusto de Queiroz, cabe ao movimento o desafio buscar um grau de unidade que oriente seus candidatos (sindicalistas ao não), ensejando uma pauta mais vinculada aos interesses populares e dos trabalhadores.

O tempo é curto até as eleições. Mas, para Toninho, ainda há tempo de se produzir um decálogo que oriente candidatos e afine suas pautas.

Fonte: Agência Sindical

Centrais e MPT lançam canal de denúncias contra assédio eleitoral

As centrais sindicais NCST, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Pública e Intersindical lançaram nesta terça-feira (3) um canal de denúncias contra o assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024. O lançamento ocorreu em uma transmissão ao vivo no canal do YouTube da CUT.

De acordo com Rodrigo Farhat, secretário operacional de Comunicação Social do MPT, há uma expectativa de que o número de casos de assédio eleitoral aumente significativamente nas próximas eleições municipais.

Fonte: NCST



Norma coletiva que exige comunicação de gravidez é considerada inválida

A Quinta Turma do TST rejeitou recurso do Banco Santander (Brasil) S.A. contra decisão que o condenou a pagar indenização pelo período de estabilidade de uma bancária dispensada quando estava grávida. Para o colegiado, a norma coletiva que exigia a comunicação prévia da gravidez é nula, porque se trata de direito que não pode ser negociado.

Gravidez foi atestada no aviso-prévio - Na reclamação, a bancária disse que foi comunicada da dispensa em junho de 2018, com aviso-prévio indenizado até agosto. Em setembro, um exame de ultrassom revelou a gravidez de oito semanas. Segundo ela, a concepção ocorreu no curso do aviso-prévio e, portanto, ela teria direito à estabilidade até cinco meses depois do parto.

O banco, em sua defesa, alegou que desconhecia a gravidez até ser notificado da ação trabalhista e que uma cláusula da convenção coletiva de trabalho que estabelece a obrigação de comunicar o estado de gravidez, por escrito, no curso do aviso-prévio indenizado, para a garantia da estabilidade.

Direito não depende de boa-fé do empregador - A 13ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP) concluiu que, apesar de a bancária, de fato, não ter comunicado a gravidez, a cláusula coletiva não poderia restringir um direito que não está condicionado à boa-fé do empregador. Como não havia mais possibilidade de reintegração, porque o período de estabilidade já estava esgotado, a sentença deferiu o pagamento de indenização compensatória. A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Estabilidade visa proteger a criança - O relator do recurso de revista do banco, ministro Breno Medeiros, observou que o STF, ao validar acordos e convenções coletivas que limitem ou afastem direitos trabalhistas, excluiu dessa possibilidade os direitos absolutamente indisponíveis. O direito à estabilidade da gestante, por ser direcionado também à proteção da criança, e não exclusivamente à mulher, se enquadra nessa categoria. Segundo seu entendimento, a norma coletiva dispôs de um direito de terceiro (o bebê). “Nem os pais, nem muito menos o sindicato, têm legitimidade para dispor livremente dos interesses indisponíveis dos nascituros afetados pela norma coletiva”, afirmou, lembrando as disposições da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

No mesmo sentido, o ministro assinalou que o Supremo Tribunal Federal, no Tema 497 da repercussão geral, fixou a tese de que a estabilidade da gestante exige apenas que a gravidez seja anterior à dispensa.

A decisão foi unânime.

Processo: RRAg-1001586-10.2018.5.02.0013

Fonte: TST

CONTRICOM NOS ESTADOS



SINTICOMP (Prata-MG) empossa nova Diretoria

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Prata (MG) – SINTICOMP, entidade da base de representação da FETICOM-MG e da CONTRICOM, deu posse à sua nova diretoria em solenidade realizada no último dia 1º de setembro **(foto)**.

O evento, transcorrido em clima de união e entusiasmo, contou com a presença dos dirigentes sindicais, familiares e trabalhadores.

O companheiro João Francisco Andrade continuará à frente do mandato que se inicia e a diretoria eleita teve 87,7% de aprovação, confirmando o respaldo da categoria.

CONHEÇA A DIREÇÃO EMPOSSADA

Diretoria

Diretor Presidente: João Francisco F Andrade
 Vice-presidente: Alcino de Freitas Nunes Filho
 1º Vice-presidente : Aldiney Nunes Costa
 Secretaria Geral: Aline Junqueira Gonçalves
 1º Secretário: Kellce Rodrigues Silva
 2º Secretário: Wenes dos Reis Souza Silva
 Tesoureiro Geral: Leandro Rosa Ferreira

Diretor Social: Willian Gonçalves Lima
 1º Diretor Social: João Reis Nunes de Souza
 Diretor de Esportes: Valmir Antônio Marcelino Silva
 1º Diretor de Esportes: Lyriker Silva de Assis
 Diretor de Eventos: Renilson Lourenço da Silva
 1º Diretor de Eventos:* Gilcimar Antônio Alves

Conselho Fiscal Efetivo

Waltemir Silva Balduino
 Estela Costa Santos
 Ray Nogueira Franco

Suplentes do Conselho Fiscal

Willian Aparecido da Fonseca
 Dayane Venâncio da Silva

Delegado Representante Efetivo junto a Federação

João Francisco F Andrade

Suplente de Delegado Representante

Aldiney Nunes Costa

Fonte: SINTICOMP

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS